

EDITORIAL

A Revista do Direito da UNISC alcança sua 61ª edição e, assim, demonstra sua consolidação acadêmica e contribuição para a disseminação do conhecimento jurídico no Brasil e no mundo.

A presente edição conta com a qualidade de sempre. Atenta às questões internacionais que assombram o mundo, e questões estas que hoje, em um cenário de pandemia causado pelo COVID19, tornaram-se mais elementares. Por isso, neste número, foi trazido debate que a Espanha há tempos se dedica sem conseguir, contudo, superá-lo no trabalho intitulado “A interpretação judicial da coerção estatal na crise catalã: da insubmissão democrática à intransigência constitucional”. Ainda no âmbito das contribuições internacionais, o artigo “Os critérios da obrigação de não reconhecimento do estatuto de Estado a entidades contestadas” de autoria portuguesa, segue a mesma linha de aprimoramento das discussões acadêmicas, subsidiando questões internas portuguesas, mas que se reproduzem em outros Estados e por isso assumem uma relevância internacional.

As questões pertinentes à democracia vêm ocupando espaço crescente no cenário nacional e internacional. Sensível a isso, os seguintes artigos trazem uma contribuição, com argumentos científicos, acerca do tema: “Cidadania econômica: identidade e democracia à venda?”; “Do antagonismo (alimento da democracia) ao conflito excludente: quando o debate cede à agressão, o antagonista vira inimigo e o ódio passa a pautar as relações político sociais”. Nesta mesma esteira, porém com uma abordagem voltada ao papel do judiciário nas democracias contemporâneas, recomenda-se a leitura do trabalho “A politização do Judiciário e a juridicização do político na sociedade contemporânea: o significado da interpretação e o papel dos juízes na criação do direito, em tempos de democracia deliberativa”.

Em países como o Brasil, onde a segregação social é um problema insuperável até os dias atuais, a contribuição da Revista do Direito para a temática está presentes em dois artigos. São eles: “Liberdade de expressão e discurso de ódio contra as minorias sexuais no Brasil” e “Crítica à ideia de humanidade e chancela à escravidão no período imperial: reflexões acerca do pensamento constitucional brasileiro”.

Por fim, o artigo “Regulação como segurança jurídica para o desenvolvimento tecnológico audiovisual dos serviços via streaming” contempla questões contemporâneas reveladoras da importância do direito para regular o uso das novas tecnologias.

Deseja-se a todos uma excelente leitura!

Denise Bittencourt Friedrich